



Anais da Assembléia

Nº 161

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 30 DE OUTUBRO DE 1996

ANO XXII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

EDGAR BUENO
3º Secretário - PDT

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR ROSSONI
PMDB	Deputado TOTI COLAÇO
PFL	Deputado ÉLIO LINO RUSCH
PT	Deputado IRINEU COLOMBO
PPB	Deputado DUÍLIO GENARI
PSDB	Deputado CESAR SILVESTRI
PTB	Deputado NELSON JUSTUS

Representação Partidária

PDT — 11: Algaci Túlio - Edgar Bueno - Edno Guimarães - Joel Coimbra - Luiz Carlos Martins - Antonio Belinati - Luiz Carlos Zuk - Luiz Accorsi - Miltinho Puppino - Nelson Tureck - Valdir Rossoni; PSDB — 10: Albanor Gomes - Antonio Annibelli - Beto Richa - José Maria - Carlos Simões - Cesar Silvestri - Edson Silva Lino - Jocelito Canto - Ricardo Chab - Sergio Spada; PMDB — 10: Durval Amaral - Cleiton Kielse - José Tavares - Calto Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adur - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PTB — 07: Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Luiz Carlos Alborghetti - Hermas Brandão - Marquinhos Alves - Geraldo Cartário; PPB — 06: Duílio Genari - Neivo Beraldin - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Cesar Seleme - Augustinho Zucchi; PFL — 05: Basílio Zanusso - Élio Lino Rusch - Nelson Garcia - Reny Borsatto - Plauto Miró Guimarães; PT — 05: Angelo Vanhoni - Péricles Mello - Emerson Nerone - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª
LEGISLATURA
ATA DA 039ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 30 DE OUTUBRO DE 1996
(QUARTA-FEIRA)**

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins e Luiz Carlos Alborghetti.

As quinze horas e cinquenta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Berardin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Angelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basilio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kielese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edno Guimarães, Edson Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neron, Doutor Rosinha, Geraldo Cartário, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Irondi Pugliesi, João Preis, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessutti, Péricles de Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Reny Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sergio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N.º 1286

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em bloco das proposições constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 30.10.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu estava conversando com o Deputado Angelo Vanhoni, e fazendo uma reflexão sobre dois discursos. Especialmente um discurso que ouvi aqui, do Deputado Jocelito Canto, sobre a postura de um grande companheiro nosso, que é o Deputado Nelson Justus.

Então eu queria que esta Casa, na verdade, refletisse. E antes de condenar a postura do Deputado Nelson Justus, desse a ele o benefício da dúvida, porque o Nelson Justus sempre foi um homem extremamente acessível, educado, gentil. É um parlamentar que orgulha esta Casa, e não acredito que ele tenha cometido um ato que pudesse, na verdade, ser ofensivo ao Deputado Jocelito. Quero crer que há um mal entendido muito grande nesta Casa, Deputado Jocelito, porque o Nelson Justus que todos nós conhecemos, aqui, é uma figura extraordinária e que orgulha muito esta Casa.

Por isso, acho que devemos, no mínimo, dar o benefício da dúvida em relação à postura dele, porque confio e acredito muito, pelo que conheço, do homem Nelson Justus.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Em votação o Veto n.º 56/96.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 56/96, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 223/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG n.º 203/96.

Curitiba, 19 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do

Ofício n.º 147/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 223/96, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a celebração de convênio entre o Estado e a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, com sede e foro no Município de Castro - PR, para que esta venha atuar como entidade oficial de pesquisa.

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre de pronunciamento expendido pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, considerando a medida, pela forma como está posta e redigida, contrária aos superiores interesses da Administração, eis que na estrutura orgânica do Poder Executivo figura a autarquia Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, com a qualidade de entidade oficial de pesquisa.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n.º 23/96 encontra-se publ. no DA n.º 96, e 24.06.96, em 1.ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO-VETO n.º 056/96

PARECER:

A presente proposição-veto, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei n.º 223/96, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com a Fundação ABC para Assistência e Divulgação Técnica Agropecuária, conforme específica.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente Proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;

EDUARDO TREVISAN - Relator.

Os Srs. Deputados que votam mantendo o veto, usam a cédula SIM. Os contrários ao veto, a cédula NÃO.

O Sr. 1.º Secretário procederá à 1ª chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Designo os Deputados Irineu Colombo, Luiz Claudio Romanelli e Algaci Túlio, para constituírem a comissão escrutinadora.

Votaram 50 Srs. Deputados:

04 com a cédula SIM;

01 em branco;

45 com a cédula NÃO.

Rejeitado o veto, mantido o projeto.

A próxima votação se fará com os dois vetos de uma vez só: trata-se de matéria similar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando a votação em bloco das Proposições n.ºs 059 e 061/96, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, acima aprovado:

Item 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 59/96, veto aposto ao Projeto de Lei n.º 051/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes. Autoriza o Poder Executivo Estadual a instalar no Município de Araucária, uma Delegacia da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG n.º 195/96.

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 104/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 051/96, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional, e ainda porque, no referenciado município, em 30.09.96, foi instalado o Serviço de Atendimento à Mulher.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa co-

lenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n.º 51/96 encontra-se publ. no DA n.º 13, de 11.03.96, em 1.ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO n.º 059/96

PARECER:

A presente proposição-veto, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei n.º 051/96, de autoria do Deputado Albanor Gomes, que autoriza o Poder Executivo a instalar no Município de Araucária, uma Delegacia da Mulher, através da Secretaria de Estado da Segurança.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente Proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

Assim sendo, somos de parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

Item 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 61/96, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Autoriza o Poder Executivo Estadual a criar no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/CTL/SEEG n.º 193/96.

Curitiba, 16 de julho de 1996.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n.º 116/96, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1.º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei n.º 049/96, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o mandamento contido no art. 66, inciso IV, da referida Carta Constitucional.

Essas as razões que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a

Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Proj. de Lei n.º 49/96 encontra-se publ. no DA n.º 13, de 11.03.96, em 1.ª Discussão).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO n.º 061/96

PARECER:

A presente proposição-veto, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei n.º 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan, que autoriza o Poder Executivo a criar a Delegacia da Mulher, no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Da análise legal, regimental e constitucional, a presente Proposição encontra-se dentro do prazo estabelecido pela Constituição Estadual.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n.º 61/96, veto apostado ao Projeto de Lei n.º 049/96, de autoria do Deputado Eduardo Trevisan. Autoriza o Poder Executivo Estadual a criar uma Delegacia da Mulher no Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, conforme especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Assim sendo, somos de parecer Favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.08.96.

(aa) JOEL COIMBRA - Presidente;
BASÍLIO ZANUSSO - Relator.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Luiz Carlos Martins)
- (procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Designo os Deputados Plauto Miró Guimarães, Walmor Trentini, Luiz Claudio Romanelli, Albanor Gomes, Durval Amaral e Eduardo Trevisan, para comporem a comissão escrutinadora.

Votaram 49 Srs. Deputados:

3, votaram SIM;

2, votaram em branco;

44, votaram NÃO.

Estão rejeitados os vetos e mantidos os projetos.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, só para não ficar um mal entendido aqui referente a um pronunciamento que fiz sobre a postura do nosso secretário da Indus-

tria e Comércio, em momento nenhum este Deputado tentou agredir o Deputado Nelson Justus, que não está presente neste Parlamento. Eu, sinceramente, fiz um desabafo, votei a favor, dei um voto de confiança ao governo, como pediu o nobre líder do PDT, mas também esperamos que esse voto seja recíproco, principalmente à nossa cidade de Ponta Grossa. E quanto ao que disse o Deputado Romanelli, se o Deputado Nelson Justus quiser vir aqui, estou à disposição para, diante dele, reafirmar tudo aquilo que disse diante dos demais companheiros. O que nós queremos, senhor presidente, é que quando um deputado desta Casa for elevado à condição de Secretário de Estado, ele ao menos nos atenda bem, porque sabe das dificuldades diárias por que passa um parla-

mentar para conseguir atender às suas bases, seus eleitores e suas cidades. Em momento nenhum o Deputado Jocelito quis agredir Nelson Justus, apenas cobrar uma postura que foi colocada em sua Secretaria, e esperamos que tal não aconteça novamente, e que o Parlamento - como disse muito bem o Deputado Alborghetti - seja respeitado, porque é aqui que se concretizam as aspirações populares.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a Sessão.